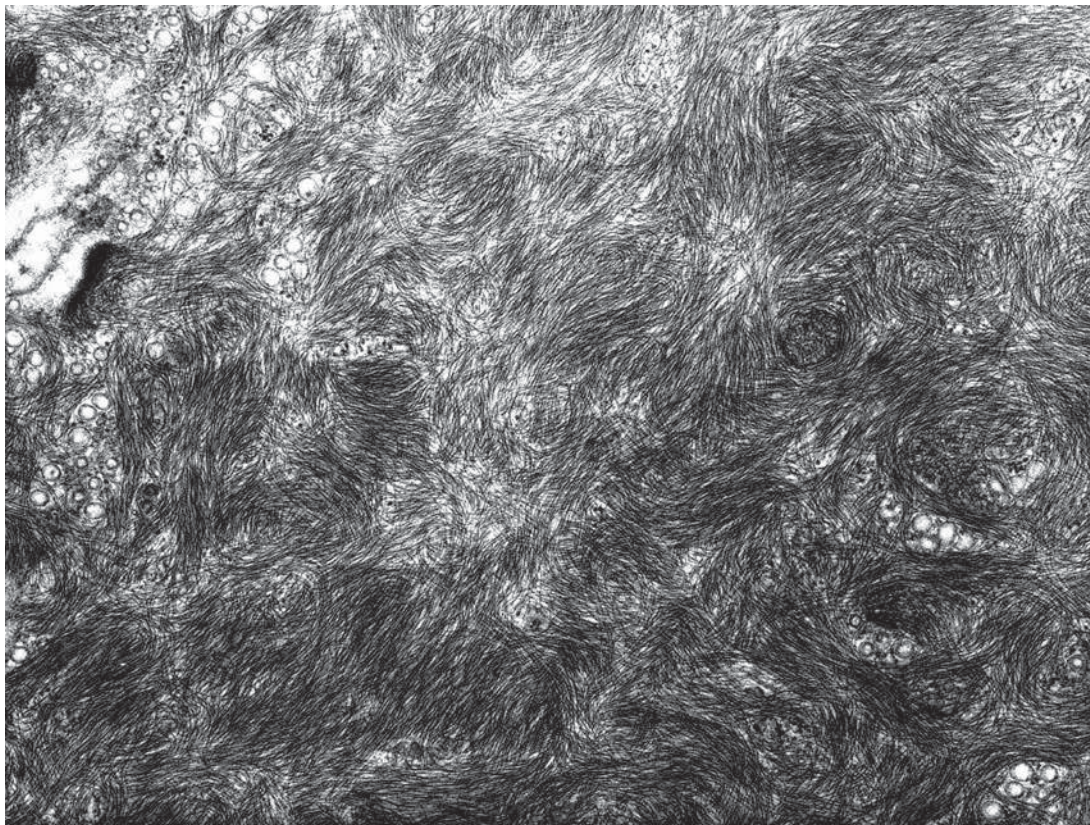




André Beetschen*

Qual é o trabalho analítico realizado na supervisão?

O questionamento do trabalho de supervisão não deixou de estar presente na psicanálise francesa, a ponto de alimentar os conflitos ao redor da formação dos psicanalistas. Minha sociedade, a Associação Psicanalítica da França (APF), destacou-se há 40 anos pelo abandono da “psicanálise didática”. Essa decisão conferiu especial importância às “análises de supervisão”, que se tornaram um instrumento fundamental do percurso da formação, a ponto de se falar de uma “didatização” da supervisão. O que proponho se posiciona, então, no interior do programa proposto pelo instituto da APF: cada analista em formação deve efetuar duas supervisões sucessivas, escolhendo o supervisor entre os membros titulares da associação. Cada uma dessas duas análises de supervisão está submetida a uma validação: uma comissão escuta, separadamente, o analista em formação e o supervisor, evocarem o trabalho efetuado. Depois de ouvir o relatório da comissão, o Comitê de Formação valida ou não o trabalho de supervisão.

* Associação Psicanalítica da França.

Essa breve revisão indica que o trabalho de supervisão, fase essencial do percurso de formação –um trabalho sobre o qual dispomos de bem poucos documentos clínicos–, está, em parte, submetido a uma “meta-representação” (Freud, 1900/2003), na qual a pressão institucional ou superegóica atua em um grau muito maior do que em uma supervisão livre. Essa meta-representação é um dos elementos de debate nas ocasiões em que se compara a formação proposta pelas diversas sociedades de psicanálise.¹

No entanto, no interior do meu quadro institucional, quando tentamos pensar a dimensão propriamente psicanalítica, presente na experiência de supervisão, as posições são diversas. Que trabalho se realiza? Que transformações se produzem? Qual é a “finalidade natural” de uma supervisão? Podemos aproximar essa questão à da *Análisis terminable e interminable* [“Análise terminável e interminável”] (Freud, 1937/2010a, pp. 15-55) examinando as resistências e os obstáculos no caminho da supervisão. A distância entre a “formação” e a “transmissão” se apoia, acredito, sobre a distância entre o “ensino da técnica” e a “transmissão do método”, e essa distância recusa a comparação do trabalho de supervisão com um aprendizado.

O que me interessa examinar, principalmente, é a posição e o trabalho do supervisor: dissimetria e olhar do alto² sustentam a construção de uma cena da qual ele está excluído e na qual procurará, às vezes, introduzir-se por uma curiosidade não refreada. Caso as duas cenas estejam separadas (para retomar aqui a imagem de *Construcciones en el análisis* [“Construções em análise”] (Freud, 1937/2010b)), a cena da supervisão obedece fundamentalmente a um deslocamento, o que lhe confere a sua natureza transferencial. A escuta semelhante, “semelhantemente em suspenso”, é analítica e exclusivamente do material proposto na sessão: as palavras e os afetos do analista em supervisão. Essa posição terceira questiona, então, os mecanismos de pensamento postos a trabalhar no supervisor: identificações conflitivas ou co-

pensamentos, seguindo as propostas de Daniel Widlöcher (2010). Uma escuta direcionada, sempre, entre o que Nathalie Zaltzam (2008) chama, muito acertadamente, de diferentes “polos de atração”: transferencial, didático, clínico-teórico, de acordo com o que propõe o supervisionando.

Se essa escuta tem alguma chance de ser psicanalítica, é distanciando-se, acredito, do relato minucioso e hipermnésico das sessões, um relato detalhado com base em anotações levadas à supervisão ou relidas minutos antes dela. Certamente, encontramos aqui a “mancada” própria à supervisão: ela também não pode se distanciar, senão em um movimento defensivo de tipo fóbico, da precisão dos laços associativos. É necessário, porém, contar com o esquecimento que administra a surpresa da rememoração no analista em supervisão, principalmente quando a “recusa” do supervisor convida o supervisionando a “tentar dizer mais”, princípio próprio do método que enfrenta as resistências. São, então, o acolhimento e a “adivinhação” da transferência, em seu caráter inevitável de excesso e de resistência, as que possuem a chance de desvelar o que, por atuação inconsciente –uma atuação “muda” sob as palavras e as representações–, oferece tanto à interpretação quanto ao “fazer” do analista.

É a partir daí que as resistências contra transferenciais podem ser escutadas, eventualmente, em uma dimensão de repetição de “pontos cegos” ou de atuações interpretativas que o trabalho da supervisão porá em evidência, sem poder sempre tratá-las especificamente, mas indicando eventualmente a via de um recomeço da análise. Esse reconhecimento, essa admissão das transferências entre paciente e analista (com o que eles carregam como efeitos, acarretam uma distração e um desconforto no analista em supervisão) é o objetivo essencial e a garantia de transformações às custas da experiência da supervisão, mais do que o aprendizado de uma técnica interpretativa. Espera-se que o analista em supervisão se escute, pouco a pouco, falar de seu paciente “como não sabia”, que introjete, diz

François Gantheret (2005), “uma função de escuta de si mesmo”, que possa também fazer parte, sem culpa inibitória (o que é difícil por bastante tempo), da sua atividade interpretativa. Essa se apoia, então, sobre a fantasia ou, melhor, sobre a regressão formal que desarma a proibição de pensar.

Alguns puderam dizer –e é um debate sempre aberto em nossos institutos de formação– que a “análise de supervisão” poderia ser considerada como um retomar o trabalho de análise por outros meios. Eu não acredito nisso: certamente é o desejo do analista, como sua ética e, então, sua parte da culpa, o que está nos fundamentos inconscientes de seu *métier*. Contanto que a transferência para o analista supervisor não conduza a uma idealização excessiva que o institua como “modelo” e contribua a mascarar a inevitável ambivalência. O trabalho de supervisão não dispõe da verdadeira mola do método analítico: a regra da livre associação e a possibilidade de uma análise da transferência das fontes infantis e sua rememoração. Trata-se, principalmente, aqui, de seu “uso”, para retomar o termo *Handhabung* de Freud. Porém, a transferência se dá nos dois sentidos: trata-se também de esclarecimentos do analista supervisionado em relação ao inconsciente de seu paciente, que o supervisor capta, reconhecendo-o graças a sua própria prática.

Referências

- Freud, S. (2003). *L'interprétation du rêve*, OCF-IV. Paris: PUF, pp. 649-650. (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (2010a). *L'analyse finie et l'analyse infinie*, OCF-XX. Paris: PUF, pp. 57-73. (Trabalho original publicado em 1937).
- Freud, S. (2010b). *Constructions dans l'analyse*, OCF-XX. Paris: PUF, pp. 57-73. (Trabalho original publicado em 1937).
- Gantheret, F. (2005). La représentation est terminée. In *Pourquoi le fanatisme, Penser/Rêver*, 8, pp. 264-268.
- Widlöcher, D. (2010). L'inconscient se plait à Babel. In *Langues et courants sexuels*, Annuel de l'APF, pp. 42-43.
- Zaltzman, N. (2008). Entre modèle et fiction, ce que je dois à l'analyse quatrième comme théorie du contrôle. *Topique. Analyse quatrième*, 103, p. 60.

1. Poderá ser lido no número 103 da revista *Topique. Analyse quatrième*, editada por L'Esprit du Temps em 2008, onde aparecem, precisamente, as intervenções de muitos representantes das associações psicanalíticas da França.

2. N. do T.: *surplomb* no original.